

Aula 10

A CRÍTICA INTERNA DOS DOCUMENTOS

META

Apresentar os procedimentos da crítica interna dos documentos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
analisar a importância da crítica interna aos documentos na pesquisa histórica.

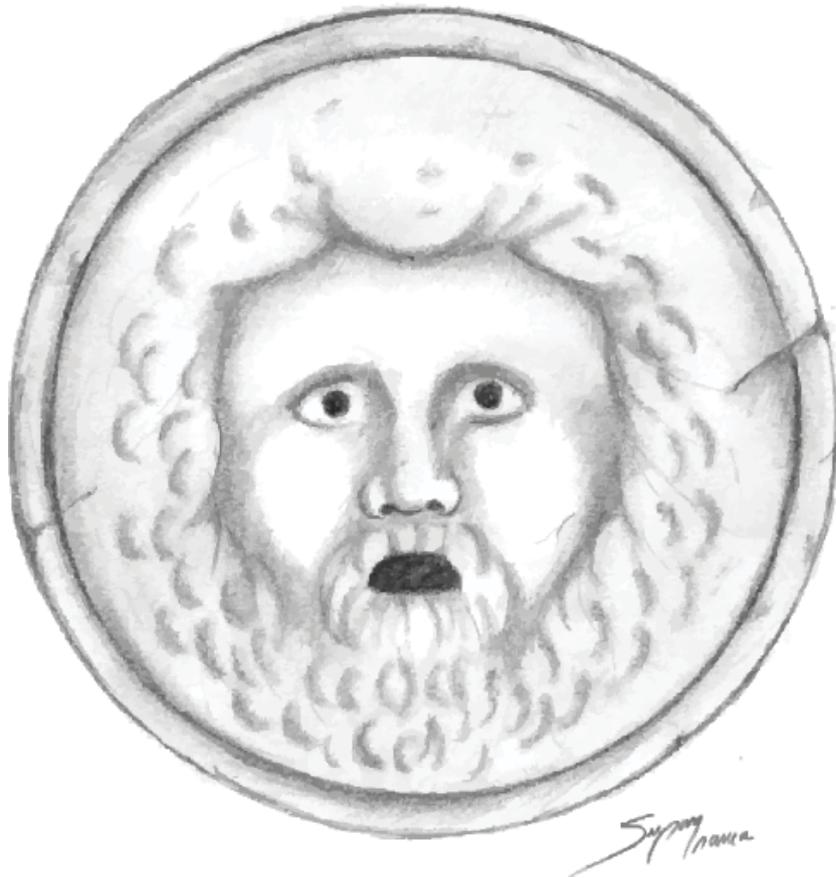
PRÉ-REQUISITO

Conhecimento sobre as disciplinas auxiliares e a crítica externa.

Petrônio Domingues

INTRODUÇÃO

Depois de analisarmos a importância das disciplinas auxiliares na pesquisa histórica e da crítica externa aos documentos históricos, veremos, nesta aula, outro procedimento para explorar, interpretar e “tratar” um documento: a crítica interna, também conhecida como “crítica de veracidade”. Trata-se, agora, não de determinar se um documento é autêntico ou é uma falsificação, mas de observar a veracidade do conteúdo do seu texto.



Os romanos antigos consultavam a roda da verdade quando tinham dúvidas.

CRÍTICA INTERNA

Para saber se um documento é verdadeiro ou falso, o primeiro passo é a interpretação ou hermenêutica. Este procedimento consiste em apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto, partindo de um conhecimento aprofundado da **língua da época** e das convenções culturais vigentes no período da sua composição (modas intelectuais, etiqueta, fórmulas de cortesia, estilos, gírias, expressões coloquiais, etc.).

Ver glossário no final da Aula

Em linguagem moderna, a hermenêutica constitui uma série de operações de “transcodificação” (passagem de um código a outro: no caso, tradução do conteúdo e significado real do texto à língua do pesquisador, sem deformar o próprio texto e evitando qualquer **anacronismo**).

Em seguida, procede-se à crítica de sinceridade, com o objetivo de determinar até que ponto se pode acreditar nas afirmações contidas em dado documento. Teria o autor interesse em mentir? Estava numa situação que o obrigava a mentir? Estaria mentindo para proteger interesses pessoais, familiares, religiosos, de um grupo empresarial ou facção política? Quais as suas simpatias e antipatias? A crítica de sinceridade completa-se com a crítica de exatidão, que estabelece o grau de conhecimento direto e efetivo que poderia ou não ter o autor do texto, segundo sua posição em relação aos fatos que relata.

O princípio fundamental da crítica de sinceridade e da de exatidão é a “desconfiança sistemática”: tudo aquilo que ainda não provado, deverá ver-se com cautela; não se deve crer num texto ou autor sem aduzir boas razões para tal. A forma de proceder é a comparação sistemática de todos os testemunhos disponíveis para cada fato, dado ou processo: o grau de concordância define em que medida está cientificamente demonstrado. Assim, a crítica de sinceridade e a crítica de exatidão estão a serviço daquilo que os historiadores tradicionais chamavam de “estabelecimento dos fatos históricos”. Um elemento considerado importante a respeito é determinar se os testemunhos são voluntários (crônicas, livros de História, memórias, etc.) ou involuntários (textos litúrgicos, correspondência particular ou comercial, livros de contabilidade: em suma, tudo aquilo que não foi redigido com o fim expresso de testemunhar sobre algo, mas que o historiador descobre e transforma em testemunho). Estes últimos são os mais confiáveis: na prática, porém, as fontes contêm ambos os tipos de testemunhos, embora em graus variáveis.

DESCONFIANÇA SISTEMÁTICA

O que um autor exprime não é forçosamente o que acreditou, porque pode ter mentido; o que acreditou não é forçosamente o que existia, porque pode ter-se enganado. Estas proposições são evidentes. Todavia, um primeiro impulso natural nos leva a aceitar como verdadeira qualquer afirmação contida em um documento, o que equivale a admitir implicitamente que nenhum autor haja mentido ou sido vítima de engano; e somos forçados a reconhecer que esta credulidade espontânea é muito poderosa a ponto de persistir sempre, apesar da experiência cotidiana, que nos exhibe inumeráveis caos de erro e de mentira.

A prática obrigou os historiadores a refletir, pondo-os em presença de documentos que se contradiziam uns aos outros; em face deste conflito foram eles inexoravelmente impulsionados para a dúvida e, depois de exames acurados, forçados a admitir o erro ou a mentira; assim se impôs a necessidade da crítica negativa, para afastar as afirmações manifestamente mentirosas ou errôneas. Mas o instinto de confiança é tão indestrutível que até hoje tem impedido mesmo os especialistas em assuntos históricos a erigirem a crítica interna das afirmações em método regular, como já fizeram para a crítica interna de procedência. Os historiadores, em seus trabalhos, e mesmo os teóricos do método histórico, ainda se agarram a noções vulgares e fórmulas vagas em vigoroso contraste com a terminologia precisa da crítica das fontes.

Limitam-se a examinar se o autor foi em geral contemporâneo dos fatos e se deles foi testemunha ocular; se foi sincero e bem informado, se soube a verdade ou se a quis dizer; ou resumindo tudo em fórmula, se é digno de fé.

O historiador deve, a priori, desconfiar de qualquer afirmação de um autor, porque ele não sabe se ela é mentirosa ou errônea. Deve admiti-la como mera presunção. Aceitá-la e repeti-la em seu nome é declarar implicitamente que a considera como verdade científica. Isto constitui um fato decisivo e nenhum historiador tem o direito de o fazer sem que muito fortes razões lhe assistam.



Desconfiança sistemática (Fonte: <http://www.cca.eti.br>).

CONCLUSÃO

Evidentemente, todo historiador continua submetendo os documentos que usa à crítica interna. Porém, a visão que os historiadores tradicionais tinham desta prática envelheceu inapelavelmente. Atualmente, tal crítica tem dimensões jamais sonhadas pelos historiadores de fins do século XIX: os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas também mediante métodos lingüísticos de análise do discurso, da enunciação, com apoio em alguma teoria das classes e das ideologias sociais. Em outros termos, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pôde ocorrer. Além disso, também é importante registrar o impacto do uso crescente, pelos historiadores, de fontes quantitativas, de caráter repetitivo, ou das novas linguagens (como literatura, depoimentos, cinemas, teatro, música, pintura, fotos), as quais exigem maneiras especiais de proceder à crítica interna.



RESUMO

A crítica interna consiste em determinar a veracidade do conteúdo de um determinado documento. O primeiro passo é a interpretação do texto; depois procede-se à crítica da sinceridade e crítica de exatidão, cujo princípio fundamental é a desconfiança sistemática.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**. Bauru: Edusc, 2006.
CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 59-61.
LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença, 1946. p. 110-111.

GLÓSSARIO

Língua da época: As línguas mudam ao longo do tempo, e também os preconceitos, as maneiras de sentir e de se expressar, os modelos que são copiados, etc. Que sentido poderia ter tomarmos as palavras do português do século XVI segundo o que significam hoje, e não naquela época?

Anacronismo: Para Houaiss, o anacronismo consiste em atribuir a uma época ou a um personagem idéias e sentimentos que são de outra época, ou em representar, nas obras de arte, costumes e objetos de uma época a que não pertencem.